JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO: 2019

1 - Introdução

A JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA – Creche Jardim Mouzinho de Albuquerque, com Sede Social em Rua da Cerca Conventual, n.º 183, com um Total de Fundos Patrimoniais de € 623.206,49, e Fundos de € 613.662,88, tem como atividade: Principal e Secundária: CAE 88 910 – Atividades de Cuidados para Crianças (CRECHE), e CAE 85 100 – Educação Pré-escolar. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2019.

O presente relatório é elaborado nos termos da Legislação em vigor, e contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

No dia 12/03/2020, o Primeiro Ministro, António Costa anunciou o encerramento das escolas e discotecas, a limitação das visitas a lares e limitações em centros comerciais e restaurantes. Anunciou ainda a proibição do desembarque de passageiros de navios de cruzeiro e a adoção de um reforço do regime de proteção social dos trabalhadores.

Na data em que este Relatório de Gestão e elaborado, estamos a viver um momento inédito em Portugal e no Mundo. Em 18/03/2020, Sua Excelência o Presidente da República. Marcelo Rebelo de Sousa, decretou o primeiro estado de emergência. "*Uma decisão excecional num tempo excecional".* Em 16/04/2020, assinou a renovação do estado de emergência, para vigorar até às 24 horas do dia 2/5/2020.

Grandes cidades como: Lisboa, Madrid, Paris e outras, completamente encerradas sem movimento. Tivemos que aprender a viver com: viseiras, mascaras, luvas e cuidados redobrados com a higienização das mãos, com lavagens permanentes.

Portugal a partir de 3 de maio de 2020 entrou em estado de calamidade.

A Creche esteve encerrada a partir de 16/03/2020 e até 18/5/2020.

Tivemos que recorrer à Lay Off para continuar a garantir a sustentabilidade económica e financeira da Instituição.

Para que conste no futuro e como relato do que aconteceu com a pandemia vivida desde o dia 2/3/2020: *Transcrevemos o e-mail da Segurança Social:*
---------- Forwarded message --------- *De:* ***M.Jesus.Costa*** *<M.Jesus.Costa@seg-social.pt>*
Date: sábado, 2/05/2020 à(s) 22:42 - Subject: [COVID-19] - Testes a trabalhadores de Creches
To: M.Jesus.Costa <M.Jesus.Costa@seg-social.pt> - Cc: Elisabete.J.Moita <Elisabete.J.Moita@seg-social.pt>

Ex.mos (as) Senhores (as), *Provedores(as)) de Misericórdias, Presidentes de Direção, Chamo a particular atenção para o presente e-mail. Em paralelo com os testes em curso nos lares, iremos dar agora início a um processo de realização de testes aos trabalhadores das creches. Para o efeito, foi entendida como metodologia mais adequada serem os trabalhadores a deslocarem-se ao SNS e a laboratórios identificados*

para o efeito. Deste modo, vem este serviço informar que será efetuada um sistema de notificação dos mesmos, para que se desloquem ao SNS e/ou laboratórios para serem testados. Mais informo que a identificação dos locais para realização dos testes será comunicada com a brevidade possível. Antecipadamente grata pela disponibilidade. Melhores cumprimentos,

2 - Enquadramento Económico

Ao longo de 2019, os governos depararam-se com novos desafios, com o crescimento da insatisfação social em alguns países, levando a várias manifestações e protestos, assim como vários desastres naturais, como os incêndios na Austrália, cheias na África Oriental e seca extrema na África do Sul. O aumento das barreiras tarifárias entre os Estados Unidos e os seus parceiros comerciais, não só a China, mas também entre a União Europeia, denegriu o sentimento dos consumidores, tendo gerado também várias desacelerações cíclicas em diversas economias. Apesar de no final do ano terem surgido notícias positivas em torno destas negociações, não foram suficientes para mitigar este sentimento, que poderá repercutir-se também no setor produtivo e tecnológico.

Contudo, ninguém esperava que 2020 fosse assombrado pela pandemia do vírus COVID-19. A atual crise pandémica mostra que, assim como nas alterações climáticas, existem desafios globais a serem colocados, nomeadamente a forte interdependência nos fluxos de comércio de bens e serviços, capitais e pessoas, refletidas em grande parte pelo progresso tecnológico, que, não obstante a melhoria significativa do bem-estar em geral, leva a uma rápida propagação destes choques.

Esta situação revela também a necessidade de resolver as falhas dos mercados, nomeadamente à não consideração de todos os custos económicos e sociais envolvidos no processo de produção. É essencial repensar as cadeias de valor globais, com o intuito de reduzir essa dependência, frisando, contudo, que a opção por políticas de limitação das relações económicas internacionais não é certamente a solução mais eficiente para mitigar estes desafios.

Na expectativa que os impactos económicos derivados da pandemia tenham reflexo apenas num reduzido espaço temporal, no médio e longo prazo, os governos deverão trabalhar em conjunto para criar regras e taxas comerciais mais justas, de forma a impulsionar o investimento. Nos próximos anos, os governos deverão focar-se em estratégias que levem a um mundo cada vez mais digital, apostando também em políticas que apoiem as energias renováveis, com vista à diminuição das emissões de CO2, de forma a mitigar os riscos de estagnação do crescimento no médio e longo prazo.

No dia, 30/4/2020 foi anunciado o plano de reabertura gradual da economia e levantamento às restrições às várias atividades que nestes últimos tempos foram objeto de restrição por decisão pública, mas uma quebra na produção global no país já é inevitável. O vírus continua entre nós, a epidemia não está controlada e vamos ter que conviver nestas circunstâncias, na expetativa de evoluções graduais e progressivas desde que favoráveis ao controlo da epidemia.

As previsões da União Europeia apontam para uma queda do PIB em 2020 entre 5% a 12%. Muitas empresas vão demorar muito tempo para recuperar a sua faturação porque perderam mercado e porque as novas regras, fundamentais à criação da confiança necessária a percecionar pelos consumidores, vão impor limitações muito fortes à recuperação nomeadamente na redução de lotação de espaços nos restaurantes, nas salas de espetáculo e na fraca ocupação de hotéis.

Os apoios prometidos pelo governo em nome do estado são fundamentais para as empresas que continuam fechadas, para as que reabrem parcialmente e para muitas que nunca pararam, mas perderam parte do seu volume de negócios.

À medida que o tempo passa são, no entanto cada vez mais as críticas sobre os atrasos e as dificuldades de acesso aos pacotes de ajudas, objetivamente o governo falhou a data de 28 de abril para pagar massivamente as verbas do lay-off simplificado e muitas empresas e profissionais só vão receber os salários daqui a alguns dias na melhor das hipóteses. Foram solicitados 95 mil pedidos de lay off que sobrecarregaram a máquina da segurança social que não teve a capacidade de processar todos os pedidos. Espera-se que os pagamentos dos processos que entraram após 10 de abril sejam pagos durante a primeira quinzena de maio prevendo-se um pagamento substancial no dia 5 de maio.

Também as linhas de crédito prometidas pelo estado no valor total de 6,2 mil milhões de euros protocoladas pelos bancos e sociedades de garantia mútua continuam a gerar polémica por causa das dificuldades de acesso. A linha geral Capitalizar Covid criada inicialmente com 100 m€, reforçada em duas tranches de 100 m€ e 200 m€ ou seja num total de 400 m€ esgotou rapidamente. Chegaram aos bancos 43.830 pedidos de crédito ao abrigo destas linhas no valor total de 9,3 mil milhões de euros. Foram apenas aprovadas até à data 15.529 operações num total aproximado de 3,3 mil milhões de euros. Espera-se que nos próximos dias as operações sejam contratadas e que o dinheiro chegue às empresas, contudo muitas delas ficaram fora desta fase tendo de esperar por outras aberturas de crédito. Fica sempre a dúvida de que muitas empresas solicitaram crédito sem que dele necessitassem a não ser para a criação de uma almofada financeira bloqueando assim o acesso a outras empresas que se encontram em dificuldades. Assim o modelo de crédito utilizado de acesso a estas linhas terá de ser repensado em função da sua utilização.

Continua a promessa do Estado no pagamento dos valores em dívida em atraso quer por fornecimentos e serviços quer no âmbito dos subsídios decorrentes de projetos de fundos comunitários. Espera-se a aceleração destes pagamentos no sentido de assegurar o compromisso anunciado pelo governo ao abrigo da resolução do conselho de ministros.

Da União Europeia chegam ecos de divergência sobre a constituição de um fundo de reconstrução ou capitalização económica. A maior parte dos países quer apoio a fundo perdido, mas os mais ricos que são os maiores contribuintes não estão de acordo e só permitem empréstimos o que agravará ainda mais as dividas dos países que mais precisam.
Uma vez que se trata de uma situação global a União Europeia já percebeu que é necessário reconstruir o mercado europeu de forma a que sejam criadas as condições para retomar o crescimento da economia em todos os países. Vamos esperar pelas decisões da União Europeia pela definição do modelo de ajuda a adotar no financiamento da economia seja pela forma de subvenções ou empréstimos. As linhas de crédito garantido ou não pelo Estado, não são a solução e não podem ser a principal medida de apoio às empresas. Estamos convictos de que a principal resposta económica deve ser a capitalização das empresas.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

Após um abrandamento significativo da economia nos últimos três trimestres de 2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta para uma estabilização da atividade económica global em 2019. O aumento das tensões comerciais e geopolíticas desencadearam num aumento dos níveis de incerteza, refletindo-se por sua vez no nível de confiança dos investidores, levando a uma desaceleração do investimento, da produção e do comércio internacional. Assim, o FMI prevê um crescimento global de apenas 2,9% para 2019 – o valor mais baixo registado desde 2008.

Para as economias em desenvolvimento, o FMI prevê um crescimento de 3,7%, reflexo de algumas economias com um maior nível de stresse e baixo desempenho económico, como foi o caso da Índia, bem como de um desaceleramento económico na China, que se prevê que se situe nos 6,1% em 2019.

Nas economias avançadas, esta estabilização da atividade económica, em conjunto com as notícias favoráveis sobre os acordos entre os Estados Unidos e a China e a diminuição dos receios de uma má negociação do Brexit, reforçaram o sentimento dos mercados financeiros, já sustentado por cortes nas

taxas dos bancos centrais, nomeadamente nos três cortes realizados na segunda metade de 2019 pelo banco central dos Estados Unidos (FED).

O mercado acionista também se mostrou positivo nas economias avançadas durante os últimos meses de 2019, e as obrigações soberanas, após ter-se verificado uma queda em setembro, começaram a recuperar também nos últimos meses de 2019. Nas economias emergentes, verificou-se também uma melhoria nos mercados de títulos.

Quanto às principais moedas, verificou-se um enfraquecimento de dois pontos percentuais no dólar americano e no yen japonês, enquanto que o renminbi chinês se reforçou em cerca de 1,5%. Já a libra esterlina foi apreciada em 4 pontos percentuais desde setembro.

Assim, e tendo por base dados do Banco Central Europeu (BCE), a cotação EUR/USD apresentou um perfil descendente ao longo de 2019, situando-se nos 1,1397 no início do ano, tendo apresentado durante o mês de junho um pico ascendente, chegando aos 1,1394. O valor mais baixo foi registado em finais de setembro, onde atingiu os 1,0889, fechando o ano nos 1,1234. Quanto à libra esterlina, no início do ano apresentava uma cotação EUR/GBP de 0,90165, tendo-se notado uma trajetória descendente até inícios de maio, onde chegou aos 0,8547, começando então a notar-se uma inversão, tendo atingido o seu pico máximo em inícios de agosto, com uma cotação de 0,9282, voltando então a descer, fechando o ano com uma cotação de 0,8508.

Apesar de continuar-se a verificar um aumento na criação de emprego (em alguns casos, num contexto de taxas de desemprego em níveis mínimos), a inflação dos preços do consumidor permaneceu estável nas economias avançadas, tendo-se notado no terceiro trimestre de 2019 uma estabilização no setor produtivo, mas algum enfraquecimento no setor dos serviços.

Quanto ao comércio global, este registou um abrandamento significativo na primeira metade de 2019. Em termos anuais, a OCDE estima um desaceleramento, devendo situar-se em 1,0%, o valor mais baixo desde 2009.

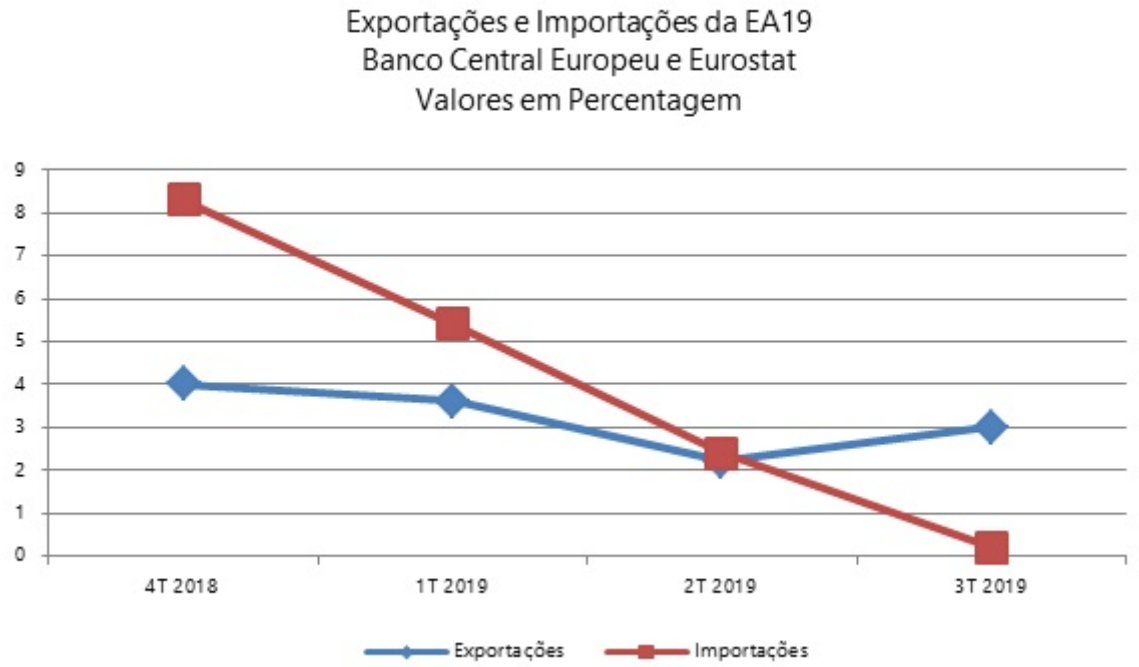
Durante os primeiros meses de 2019, o preço do petróleo apresentou uma tendência marcadamente ascendente, tendo subido cerca de 20 dólares por barril entre janeiro e maio, situando-se nos 70 dólares por barril, devido às fortes restrições do lado da oferta, nomeadamente pelo aumento das tensões no Médio Oriente. Entre junho e novembro registou-se uma trajetória mais moderada, tendo-se registado em meados de novembro um preço de 63 dólares por barril. Para o conjunto do ano, projeta-se um preço de 64 dólares por barril, uma redução de quase 10% face a 2018.

Relativamente aos Estados Unidos, apesar de se ter verificado um crescimento significativo no segundo trimestre de 2019 (2%), a economia americana voltou a estagnar, resultado dos fracos níveis de investimento, bem como do desvanecimento dos efeitos das reformas tributárias feitas em 2018. Para o total do ano, o FMI prevê um crescimento de 2,3%.

Apesar das tensões comerciais com a China terem diminuído, novos riscos apresentam-se, como o anúncio feito pela Boeing sobre a paragem indefinida da produção do seu 737 MAX, aumentando assim o enfraquecimento do setor produtivo. No final do verão, registou-se pela primeira vez desde a última crise financeira uma inversão da yield curve americana. Esta curva é muitas vezes vista como um indicador de recessões económicas.

Quanto ao Reino Unido, durante a primeira metade de 2019 notou-se um abrandamento da atividade económica, num contexto de elevadas incertezas sobre as negociações do Brexit, que se vieram a dissipar ao longo dos últimos meses do ano, especialmente em dezembro, com o resultado das eleições a tornar-se favorável para uma saída ordeira da União Europeia. Em termos trimestrais, e segundo dados do BCE, nos dois primeiros trimestres de 2019 notou-se uma contração económica, começando a recuperar a partir do terceiro trimestre, onde se registou um crescimento de 0,3%, reflexo de um aumento das exportações neste período. Ao longo do ano o consumo privado manteve-se sólido, refletindo um forte crescimento dos salários, tendo também o contributo do consumo público. Por outro lado, o fraco investimento contrabalançou os níveis de crescimento.

Já a economia europeia encontra-se no seu sétimo ano consecutivo de crescimento, apesar de se notar algum nível de abrandamento, devido sobretudo ao enfraquecimento dos setores comerciais e de produção, ainda assim mitigado pela melhoria na procura doméstica, nomeadamente no investimento. A Comissão Europeia prevê uma taxa de crescimento para 2019 de 1,1% para a zona euro (EA19) e de 1,4% para o conjunto dos países da União Europeia (EU28). Segundo a mesma, os países que mais contribuíram para este crescimento foram a Polónia (+1,3%), a Hungria (+1,1%) e a Estónia (+1,0%).



Em relação ao deficit soberano, manteve-se relativamente estável ao longo de 2019, permanecendo na EA19 nos 0,7% no segundo e terceiro trimestres e nos 0,9% para a EU28, em ambos os trimestres. A Comissão Europeia aponta também para uma dívida pública agregada da EA19 de 86,4% em 2019 e de 80,6% para a EU28. Contudo, em relação ao deficit agregado para 2019, tanto na EA19 como na EU28, prevê-se um ligeiro aumento de 1 e de 2 pontos percentuais, respetivamente, face aos mínimos históricos registados até 2018.

Durante 2019, o mercado de trabalho manteve-se forte, com o desemprego a situar-se no seu nível mais baixo desde o início do século. A Comissão Europeia prevê para a EA19 uma queda da taxa de desemprego de 7,6% e de 6,3% para a EU28. Para o terceiro trimestre de 2019, o Eurostat indica um crescimento do emprego de 0,9% na EA19 e de 0,8% na EU28 em comparação com o mesmo período de 2018. Ainda assim, verificou-se alguma resiliência na criação de emprego.

2.2 A nível Nacional

Para o conjunto do ano de 2019, o Instituto Nacional de Estatística (INE) aponta para um aumento do PIB em termos nominais de 3,9%, abaixo dos 4,3% verificados em 2018, com a capacidade de financiamento da economia portuguesa a situar-se nos 0,8% do PIB, em comparação com os 1,2% verificados em 2018.

Este resultado teve um contributo menos intenso da procura interna - de 2,8% em comparação com os 3,1% verificados em 2018 -, refletindo o abrandamento do consumo privado, de 2,9% para 2,3%. Quanto à procura externa, em termos líquidos apresentou um contributo de -0,6%, comparando com -0,4% em 2018, tendo-se verificado uma desaceleração das exportações de bens e serviços, de 4,5% em 2018 para 3,7% em 2019, bem como das importações de bens e serviços, de 5,7% para 5,2%. O saldo externo de bens e serviços representou 0,1% do PIB, sendo que em 2018 a sua representação tinha sido de 0,4%.

Quanto ao investimento, em termos reais verificou-se um aumento de 6,2% em 2018 para 6,5% em 2019, justificada pela aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – de 5,8% para 6,4% - cujo contributo foi maioritariamente dado pela componente da construção, que passou de um crescimento de 4,6% para 9,4%, em alguns casos associada ao investimento público no tocante a projetos de infraestruturas de grande dimensão, mas também associada ao dinamismo da construção residencial.

Em relação ao setor não financeiro, a necessidade de financiamento situou-se nos 3,4% do PIB em 2019, reflexo do aumento de 0,7% do Excedente de Exploração Bruto e de um aumento de 1% do Valor Acrescentado Bruto (VAB). Num inquérito realizado pelo INE, destacou-se o autofinanciamento como a principal fonte de financiamento para o investimento das empresas, sendo o crédito bancário a segunda principal fonte de financiamento, em especial para as empresas exportadoras.

Em 2019, registou-se uma taxa de variação média do IHPC de 0,3%, inferior à registada em 2018 (1,2%). A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, deverá diminuir significativamente em 2019, de 1,2% para 0,3%, sobretudo devido à queda dos preços dos bens energéticos, em linha com a redução do preço do petróleo, mas também explicada por quedas significativas nos preços de alguns bens e serviços, como o caso dos transportes públicos, das propinas do ensino superior e dos manuais escolares no ensino secundário.

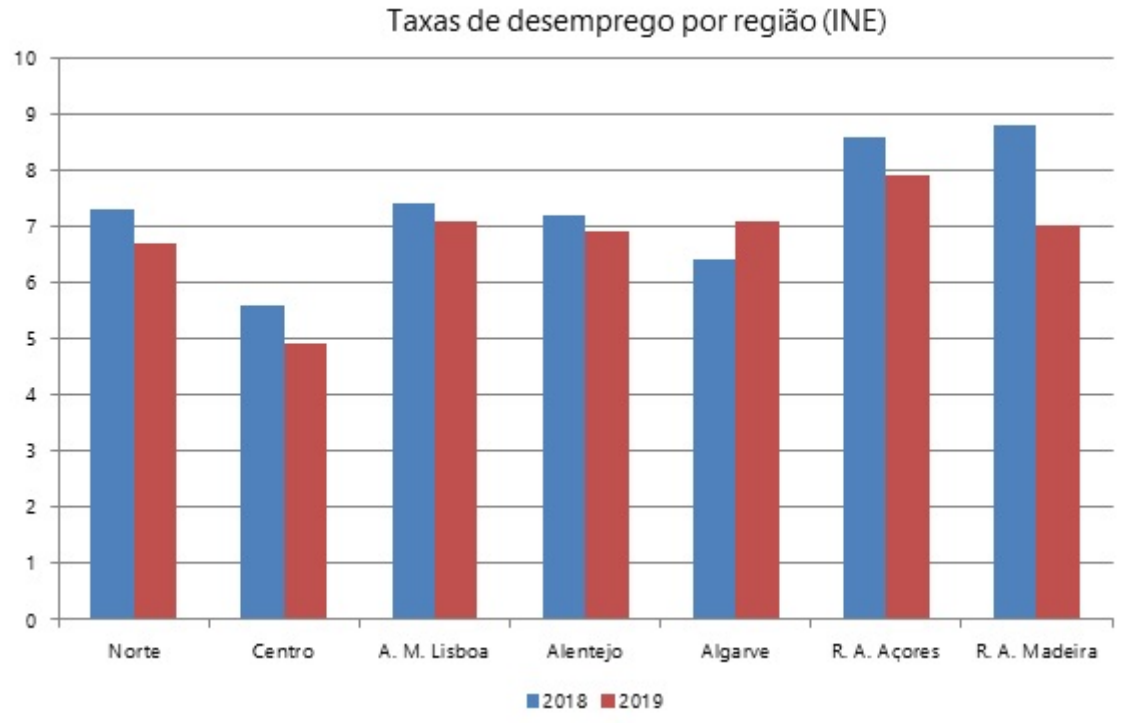
Quanto às famílias, notou-se um crescimento da capacidade de financiamento, situando-se em 1,6% do PIB no quarto trimestre de 2019, reflexo de um aumento da poupança corrente superior ao da FBC. Contudo, regista-se ainda uma elevada taxa de pobreza ou exclusão social, de 21,6%, segundo estimativa do INE.

Ainda sobre as famílias portuguesas, verificou-se também um crescimento de 1,1% das remunerações recebidas, o que se refletiu no aumento do rendimento disponível para 0,7% que, por sua vez, levou a um crescimento na poupança das mesmas, para 6,7% do rendimento disponível.

Sobre o emprego, o INE avança com uma taxa de desemprego de 6,5%, menos 0,5% face a 2018, tendo-se também registado uma diminuição na taxa de desemprego de jovens (18,3%, menos 2% do que em 2018) e no desemprego de longa duração, com uma proporção de 49,9% - 1,2% inferior a 2018. Em termos regionais, à exceção do centro, todas as regiões do país apresentaram uma taxa de desemprego superior à média nacional, tendo a Região Autónoma dos Açores registado a maior taxa de desemprego, de 7,9%. Em comparação com o ano anterior, apenas o Algarve registou um aumento desta taxa, de 0,7%.

A população desempregada diminuiu 7,2% em relação ao ano passado, enquanto que a população empregada aumentou 1,0%, com uma forte contribuição das mulheres (1,2%), prolongando assim o ciclo de aumentos verificados desde 2014. Para 2019, verificou-se uma taxa de inatividade na ordem dos 40,7%, menos 0,2% do que em 2018, sendo estimada uma população inativa total de 5.010,8 mil pessoas, menos 0,4% em relação ao ano anterior.

A melhoria da situação no mercado de trabalho implicou um maior dinamismo dos salários, tendo-se registado nos três primeiros trimestres de 2019 um aumento de 2,8% em termos homólogos das remunerações por trabalhador.



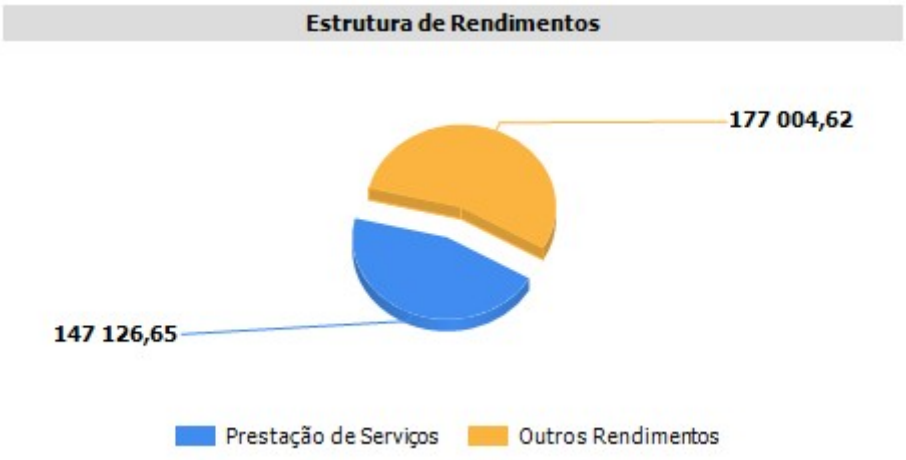
O crescimento do consumo fez-se também sentir nas Administrações Públicas (AP) que apresentou um saldo positivo de 0,2% do PIB em 2019, reflexo de um aumento da receita superior ao da despesa, com variações de 0,8% e 0,2%, respetivamente. Do lado da despesa, registou-se uma diminuição da despesa de capital em 3,7% e um aumento da despesa corrente de 0,5%. Já a receita total registou um aumento de 0,8%, derivados do aumento de 0,8% da receita corrente e de 2,3% da receita de capital. Este resultado positivo da receita corrente deveu-se ao aumento dos impostos sobre o rendimento e património (0,4%) e das contribuições sociais (1,7%).

A balança de bens e serviços deverá tornar-se deficitária em 2019, refletindo a evolução da balança de bens, devido ao forte crescimento real das importações, enquanto se prevê uma ligeira diminuição do excedente da balança de serviços. Para o conjunto do ano, a dívida bruta das AP terá atingido os 117,7% do PIB.

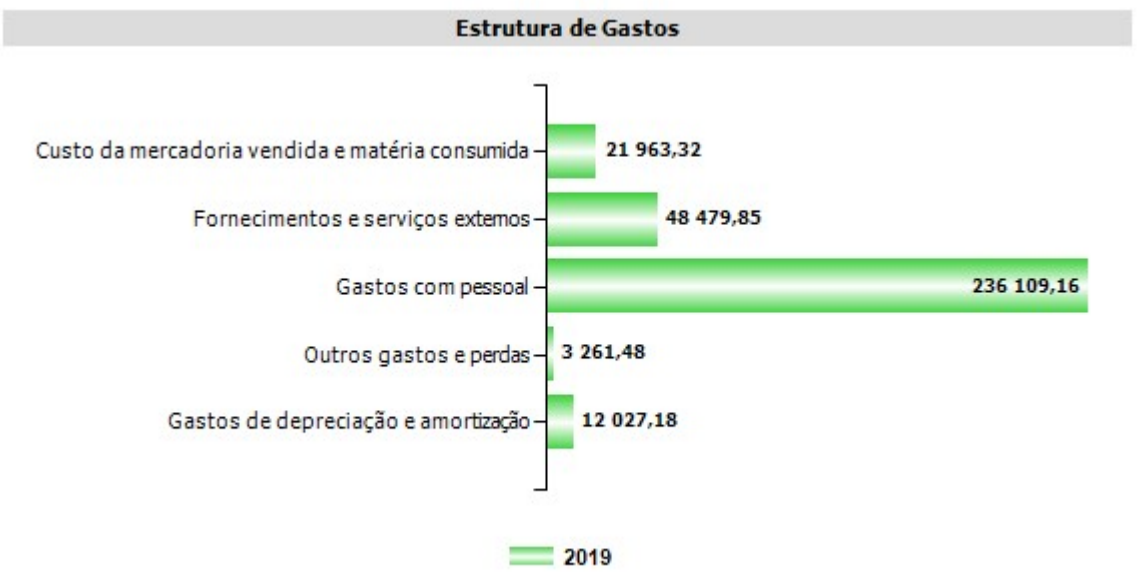
3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

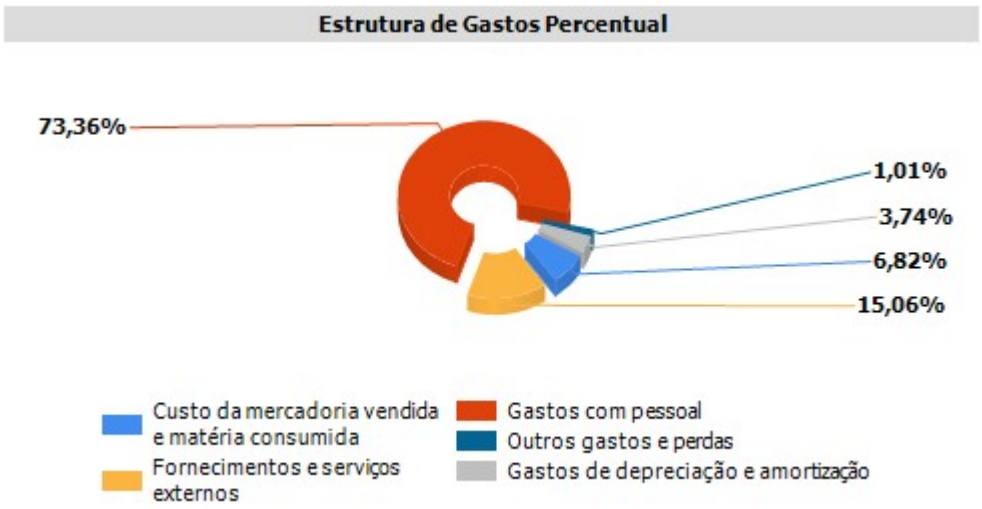
No período de 2019 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de € 147 126,65, representando uma variação de 0,01% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

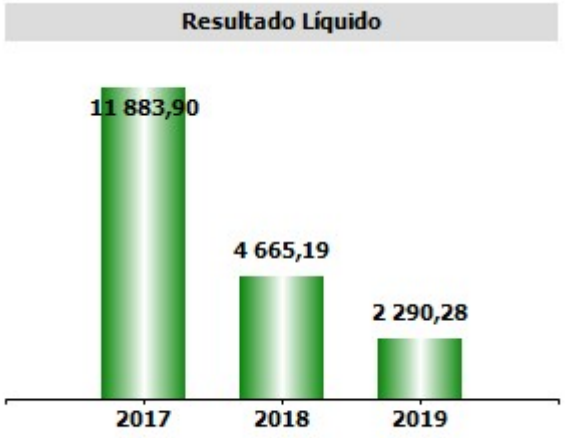


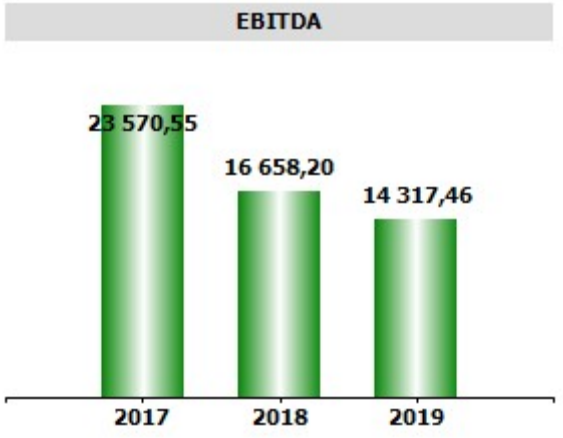


No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apesenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

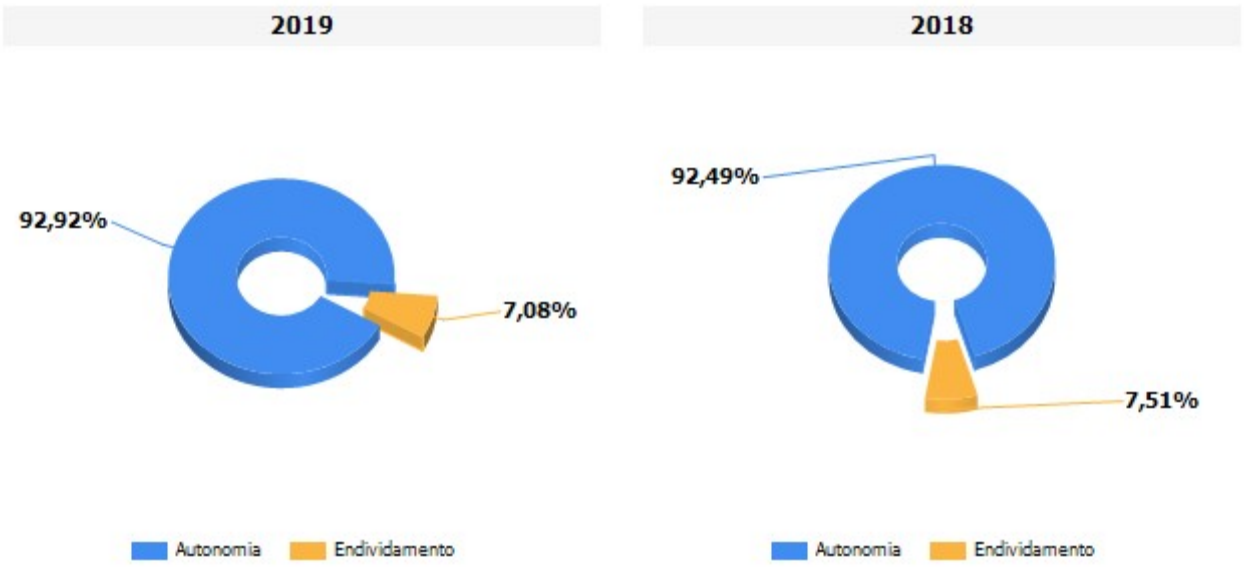
RUBRICAS	PERIODOS		
	2019	2018	2017
Gastos com Pessoal	236 109,16	229 392,76	221 691,65
Nº Médio de Pessoas	16	16	16
Gasto. Médio por Pessoa	14.756,83	14.337,05	13.855,73

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.





Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2019		2018	
Ativo não corrente	532 728,65	79 %	544 372,19	81 %
Ativo corrente	137 943,67	21 %	128 859,37	19 %
Total ativo	**670 672,32**		**673 231,56**	

RUBRICAS	2019		2018	
Capital Próprio	623 206,49	93 %	622 652,88	92 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	47 465,83	7 %	50 578,68	8 %
Total Capital Próprio e Passivo	**670 672,32**		**673 231,56**	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA no período económico findo em 31 de dezembro de 2019 realizou um resultado líquido de € 2.290,28, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

FUNDOS	
ANO	**2019**

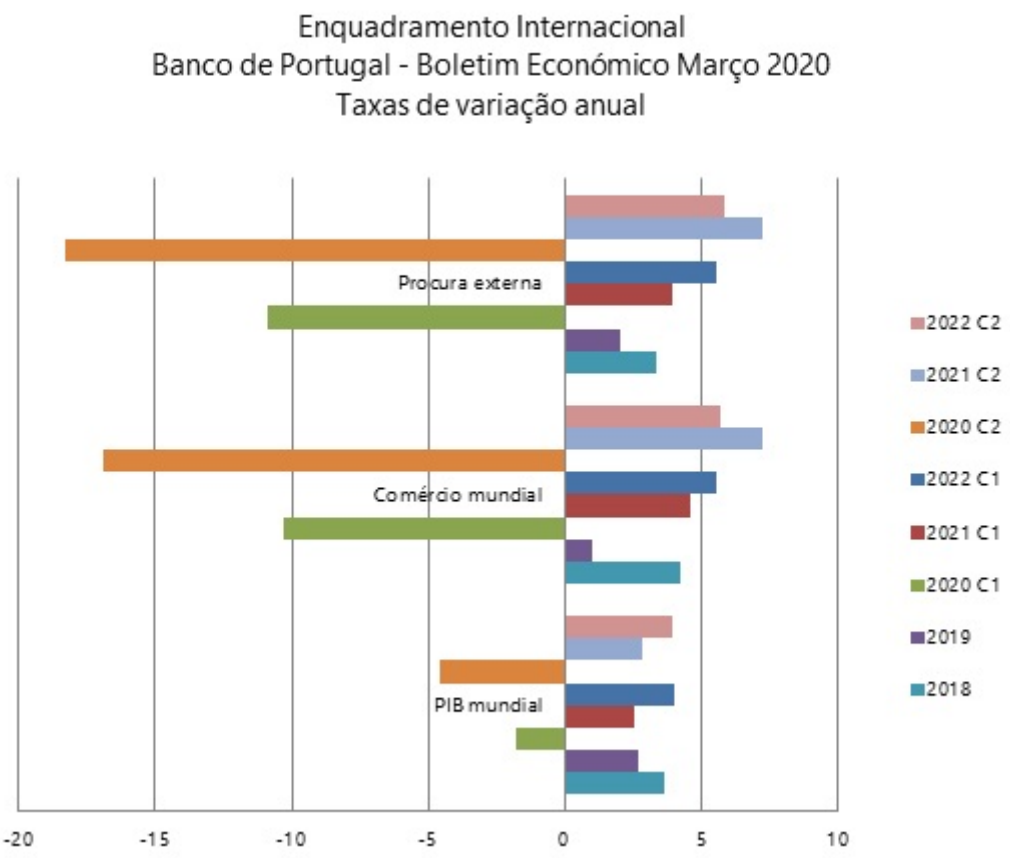
5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

Tendo em consideração o choque económico, financeiro e social gerado pelo COVID-19, várias organizações internacionais, tais como o FMI e a OCDE, já colocaram em baixa as suas projeções macroeconómicas para este ano, receando também um novo ciclo de recessão económica mundial. A propagação deste vírus está a causar disrupções nas cadeias de fornecimento globais, volatilidade nos mercados financeiros, choques no consumo e um impacto negativo em setores chave como viagens e turismo. Contando com o ataque terrorista do 11 de setembro e a crise financeira global de 2008, este é já o terceiro grande choque económico do século XXI.

Para este ano, a Fitch avança com um crescimento económico global de 1,3%, em comparação com os 2,5% que havia comunicado em dezembro de 2019, indicando um possível declínio total do PIB global caso mais medidas de prevenção tenham de ser implementadas em todas as economias do G7. Já o Banco de Portugal aponta para uma queda do PIB mundial de 1,8%, num cenário em que as medidas adotadas para a contenção dos danos na economia sejam bem-sucedidas, esperando um crescimento de 2,5% em 2021 e de 4% em 2022. Num cenário mais adverso, o impacto na economia será muito mais significativo, apontando-se uma recessão económica mundial superior à da grande recessão de 2009, com o PIB mundial a cair 4,6% em 2020. Já no longo prazo, é previsto um crescimento mais tímido, apontado pelo ritmo mais moderado da produção, sobretudo devido ao enfraquecimento da força laboral, por via do envelhecimento da população.

Em 2020 notar-se-á uma forte redução do comércio internacional (10,3% no primeiro cenário e 17% no segundo), reflexo do choque desproporcional dos fluxos internacionais de bens e serviços, principalmente nos setores do turismo e dos transportes, recuperando nos dois anos seguintes. Contudo, ainda existem riscos de retorno associados que poderão alterar os dados macroeconómicos globais, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão, que poderão comprometer o fornecimento global de petróleo. As expectativas implícitas nos mercados de futuros apontam para novas reduções do preço do petróleo em 2020 e 2021, para -7% e -4%, respetivamente, devendo posteriormente estabilizar em 2022. Efetivamente, este ano já se verificou uma queda do preço do Brent devido ao COVID-19, tendo atingido os 31 dólares por barril em março, o que corresponde a uma queda de mais de 50% face aos valores observados no final de 2019. Para 2021, a Fitch estima uma média de 48 dólares por barril.



Para os Estados Unidos, o COVID-19 poderá fazer disparar o desemprego para níveis superiores aos verificados na Grande Depressão, prevendo-se que a taxa de desemprego atinga os 30% no segundo trimestre de 2020, com os primeiros dados a apontar para uma perda entre os 500 mil a 5 milhões de empregos, só em março, prevendo-se também uma queda de 50% do PIB.

Na China, o choque económico foi bastante severo, prevendo-se uma queda de 5% no primeiro trimestre deste ano e de 3,7% no conjunto do ano, estimando-se uma recuperação económica a partir do segundo trimestre. Ainda assim, este choque trará certamente impactos às restantes economias, particularmente nos restantes países da Ásia e na Europa, derivado das disrupções nas cadeias de fornecimento e da diminuição da demanda chinesa.

Na Europa, e segundo dados da Comissão Europeia, prevê-se que o impacto direto do COVID-19 reduza o crescimento real do PIB da União Europeia em 2,5% para este ano, tendo em conta as projeções de 1,4% que haviam sido feitas antes deste surto. Este impacto substancialmente negativo irá prolongar-se pela primeira metade do ano, podendo estender-se caso as medidas de contenção não surtam o efeito desejado.

Para além disso, as tensões comerciais no setor produtivo e as incertezas geopolíticas estão a ter um impacto negativo no investimento. Uma diminuição na intensidade do comércio, em conjunto com níveis baixos de produtividade, poderá causar um impacto negativo na posição da Europa num mundo que está a definir-se pelas rivalidades entre os Estados Unidos e a China. Neste sentido, alguns analistas temem um período de queda do crescimento, bem como de um aumento da inflação, associado à queda da produção e ao envelhecimento da população – até 2024 estima-se que numa grande parte dos países membros a força de trabalho caia para mais de 3% e que em 2060 essa queda seja de 12% face ao verificado

atualmente.

Estes níveis, em combinação com décadas de declínio da produtividade, colocam uma pressão no crescimento potencial da economia europeia. Assim, o seu crescimento irá depender do esforço dos setores domésticos, que irão ser favorecidos pelo aumento dos salários no mercado de trabalho, assim como pelas melhores condições de financiamento e, em alguns estados membros, de algumas medidas fiscais.

Quanto aos mercados de ações, as repercussões do COVID-19 já se fizeram sentir em todo o mundo. Particularmente na Europa registou-se uma queda de cerca de 30% em comparação com o registado em meados de fevereiro. Não se tinha verificado uma queda tão abrupta desde o início da crise financeira em 2008. Também as yields em obrigações do tesouro caíram acentuadamente, e nos Estados Membros mais vulneráveis, registou-se um aumento do spread nos títulos do governo.

Tendo em conta as mais recentes medidas do BCE para contrariar os possíveis impactos financeiros desta pandemia, as taxas de juro a curto prazo da EA19 deverão situar-se nos -0,5% entre 2020 e 2022, apresentando um nível historicamente baixo.

No curto prazo, o novo coronavírus irá certamente mitigar as projeções económicas globais para este ano, esperando que o seu impacto não se prolongue para os próximos anos. De forma a impulsionar a confiança e estabilizar a economia global, o FMI aponta três áreas de ação principais: fiscal – com a implementação de estímulos adicionais para evitar danos económicos duradouros -, política monetária – com os bancos centrais das economias avançadas a apoiar a demanda e a aumentar a confiança, facilitando as condições financeiras e a assegurar o fluxo de crédito para a economia real, enquanto que nas economias emergentes terão de lidar com as reversões de fluxo de capital e com os choques das mercadorias. Por fim, é essencial que os supervisores do sistema financeiro mantenham o equilíbrio entre preservar a estabilidade financeira, manter a solidez do sistema bancário e sustentar a atividade económica. De notar que todos estes esforços serão mais eficazes com a cooperação de todos os países envolvidos, trabalhando em conjunto para mitigar estes impactos.

Para a Europa, a Comissão Europeia já anunciou um programa de resposta a esta pandemia. Para combater e minimizar o impacto deste vírus na economia europeia, todos os Estados Membros deverão trabalhar em conjunto, implementando medidas que essencialmente apoiem os cidadãos e as empresas, que poderão vir a sofrer de falta de liquidez e possíveis falências. A Comissão Europeia está também ciente que estas medidas não conseguirão proteger a União Europeia dos possíveis efeitos negativos da crise vinda da China.

Para além deste surto, do aumento da incerteza e das tensões comerciais já referidas, existem outros riscos que poderão levar também a uma diminuição do crescimento económico global face ao previsto, tais como as vulnerabilidades financeiras, as pressões deflacionárias nas economias avançadas e riscos geopolíticos, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão. Como referido, um abrandamento da economia chinesa poderá também mitigar o crescimento global.

Para a Europa, o maior risco no curto prazo centra-se nas negociações do Brexit. O aumento das tensões comerciais e da incerteza associada, poderá levar ao enfraquecimento do investimento. Também se denota um risco associado ao enfraquecimento dos setores comercial e produtivo, que poderá arrastar-se para os restantes setores mais rápido e com maior impacto do que o previsto, nomeadamente para o setor dos serviços.

Um fator positivo ao crescimento da zona euro seria o investimento em políticas fiscais expansionistas em alguns dos países membros. Considerando um horizonte mais precário, e com um nível de riscos elevado, as políticas fiscais deverão ter um papel mais ativo, principalmente nos países onde a atividade enfraqueceu ou poderá desacelerar de forma considerável.

Os países terão de cooperar na resolução dos problemas comerciais e quebrar as barreiras recentemente impostas. Terão também de trabalhar em conjunto no tocante às emissões de gases de estufa e do aumento das temperaturas globais. O aumento dos preços do carbono, associado a esforços complementares para encorajar o fornecimento de energias baixas em carbono, seriam uma boa

estratégia, ao mesmo tempo que se fomentaria o desenvolvimento e adoção de tecnologias mais ecológicas. Nos países onde a sustentabilidade da dívida não é um problema, poderão ser adotadas medidas direcionadas para as alterações climatéricas, tais como o investimento em infraestruturas.

No geral, todas as economias deverão priorizar o crescimento económico, melhorar a inclusão e reforçar a resiliência, aplicando políticas estruturais com foco na abertura e flexibilização dos mercados, de forma a melhor ajustarem os choques ao crescimento a médio prazo, mitigando também as discrepâncias entre países e encorajando a convergência entre os mesmos.

5.2 Cenário Interno

Segundo o Banco de Portugal, as perspetivas económicas sofreram uma deterioração abrupta em relação às projeções que haviam sido feitas antes dos últimos acontecimentos em volta da pandemia COVID-19, que já se fizeram sentir nas famílias e empresas portuguesas. Assim, dada a extrema complexidade deste exercício de projeção, com os elevados níveis de incerteza e desconhecimento envoltos, as mesmas poderão não corresponder ao cenário mais provável, ressalva o Banco de Portugal.

Para este ano, é certo que Portugal irá presenciar uma recessão económica. Num cenário em que as medidas adotadas para a contenção dos danos na economia sejam bem-sucedidas, o Banco de Portugal prevê uma redução do PIB real de 3,7%, com uma queda acentuada na primeira metade do ano, devendo o seu pico ocorrer durante o segundo trimestre, começando então a normalizar-se de forma gradual a partir do segundo semestre de 2020, sendo expectável uma trajetória de crescimento nos últimos meses do ano. Para os anos seguintes, espera-se um crescimento económico, apesar de fraco, de 0,7% para 2021 e, com uma ligeira recuperação, de 3,1% em 2022. Num cenário mais adverso, o Banco de Portugal aponta para uma redução do PIB real de 5,7% para este ano, mas com uma recuperação económica mais significativa nos dois anos seguintes, de 1,4% e 3,4%, respetivamente.

Após um aumento de 2,3% do consumo privado em 2019, projeta-se uma queda para os 2,8% este ano no primeiro cenário e de 4,8% no segundo, refletindo uma ligeira diminuição do rendimento disponível real e um possível aumento da poupança por parte das famílias portuguesas devido à incerteza envolta da pandemia. Segundo dados do INE, o indicador da confiança dos consumidores diminuiu entre dezembro de 2019 e março deste ano, em especial neste último que atingiu o valor mínimo verificado em dezembro de 2016, quebrando assim o perfil ascendente que se vinha a verificar desde abril de 2019. Para os dois próximos anos, no cenário base espera-se uma aceleração do consumo privado, de 1,4% e 3%, respetivamente, sendo que no caso do cenário mais adverso só no final do horizonte de projeção é que se espera uma recuperação do mesmo.

Esta queda do consumo privado será também resultante da redução do emprego e de um menor crescimento dos salários por trabalhador, uma vez que a contração económica irá certamente resultar numa destruição de postos de trabalho, sendo expectável uma redução de 3,5% do emprego e de um aumento da taxa de desemprego para os 10,1%, com uma redução muito gradual nos dois anos seguintes. No segundo cenário, este aumento será ainda mais significativo, com uma recuperação mais baixa para 2021 e 2022.

Quanto ao consumo público, estima-se um crescimento de 2,1% para este ano, derivado do expectável aumento das despesas em saúde suportada pelas administrações públicas devido ao surto COVID-19.

Quanto à FBCF, no cenário base deverá cair 10,8% em 2020 e 15% no cenário adverso, reflexo de uma inevitável queda do investimento empresarial e também do investimento residencial, embora com menor impacto. Apesar desta queda abrupta (comparando com o crescimento de 6,4% verificado em 2019) espera-se que a mesma comece a recuperar gradualmente já no final deste ano, devendo situar-se em 2,9% no próximo ano e nos 7,9% em 2022 para o cenário base, devendo notar-se uma recuperação ligeiramente mais forte no segundo cenário.

No primeiro cenário, a procura externa dirigida à economia portuguesa irá sofrer uma redução de 10,9% este ano, com posteriores crescimentos de 3,9% e 5,5% para 2021 e 2022, respetivamente. Como tal, espera-se também uma forte queda das exportações de bens e serviços para 2020 (12,1% no primeiro cenário e 19% no segundo), em especial nos setores do turismo e transportes, que serão fortemente afetados pelas limitações impostas à movimentação de pessoas. Para os próximos dois anos, espera-se uma recuperação, de 4,2% e 5,5%, respetivamente.

Quanto às importações, em termos reais irão reduzir-se significativamente em 2020 (11,9% no primeiro cenário e 19% no segundo), em especial no tocante aos serviços, reflexo da contração da procura global, com uma expectável recuperação de cerca de 6% para os dois anos seguintes.

Pela natureza deste choque, existe um elevado nível de incerteza quanto à inflação, prevendo-se que esta taxa permaneça em níveis baixos durante todo o horizonte de projeção. Por um lado, é expectável uma descida nos preços de alguns serviços, em particular ligados ao turismo e atividades recreativas, e por outro um aumento dos preços relativos a bens alimentares e outros produtos essenciais. Assim, no cenário base espera-se que a mesma se situe nos 0,2% em 2020 e num cenário mais adverso esta taxa deverá situar-se mais próxima dos 0%, aumentando ligeiramente nos restantes anos, devendo permanecer em torno dos 1% para o primeiro cenário e a níveis mais baixos para o segundo.

O saldo da balança corrente e de capital deverá aumentar para 2% do PIB durante este ano, suportado por uma melhoria na balança de bens - beneficiando do ganho de termos de troca proporcionado pela queda do preço do petróleo – e de um aumento das transferências recebidas da UE, relacionado com o término do atual ciclo de programação financeira. Em relação à balança de serviços, o seu excedente deverá reduzir-se, sobretudo devido ao choque sobre os fluxos do turismo. Para os anos seguintes, é expectável que a economia portuguesa mantenha a sua capacidade de financiamento.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa deverá situar-se em 2,6% no horizonte de projeção, num quadro em que se assume que a perceção de risco dos soberanos na área euro não se altera substantivamente.

Assim, como já referido no início deste ponto, o vírus COVID-19 é um fator que irá certamente mitigar a economia portuguesa no curto prazo, existindo ainda outros riscos que poderão alterar estas projeções, sendo eles na sua maioria externos, nomeadamente a possível intensificação das tensões protecionistas, bem como a transmissão da fraqueza do setor industrial para os restantes setores de atividade. O crescimento potencial da economia portuguesa permanece condicionado por constrangimentos ao crescimento dos fatores produtivos e ao aumento da produtividade, sendo de referir a evolução demográfica adversa, os elevados níveis de endividamento, os quais limitam o investimento, e os baixos níveis de capital humano.

5.3 Evolução previsível da Junta de Ação Social da Paróquia da Batalha

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que se mantenha no futuro uma estabilidade razoável, mesmo considerando a grave crise de pandemia, denominada CORONAVIRUS – COVID-19.

6 - Outras Informações

A JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício ocorreram factos relevantes que não vão afetar a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2019, considerando as permanentes decisões da Direção desde 2013, optando, sempre, por uma rigorosa gestão dos recursos da Instituição.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações.

As decisões tomadas pela Direção, assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

No contexto atual da situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a atividade futura da empresa seja afetada. Encontramo-nos neste momento a reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-lo, se necessário, a esta nova realidade.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da JUNTA DE AÇÃO SOCIAL DA PARÓQUIA DA BATALHA – Creche Jardim Infantil Mouzinho de Albuquerque.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de Alterações dos Fundos Próprios, Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Presidente da Direção: Dr. António Cerejo Moreira Caseiro
Vice-presidente: Prof. Maria Luisa Ferreira Silva Leal
Tesoureira: Rosa Maria Almeida Abraúl de Sousa
Secretária: Maximina Cordeiro Santos
Vogal: Maria Apolónia de Oliveira Monteiro